

## RECENSÕES

BUONASORTE, Nicla. *Tra Roma e Lefebvre: il tradizionalismo cattolico italiano e il Concilio Vaticano II*. Roma: Studium, 2003.

O cisma do bispo francês Marcel Lefebvre já completa 17 anos. Desde sua excomunhão, em 1988, por ter sagrado bispos sem permissão da Santa Sé (suspensão *a divinis* em 1976), algumas tentativas de aproximação vêm sendo feitas. Um Conselho foi criado por João Paulo II para se estudar a questão: Comissão Pontifícia *Ecclesia Dei*. Com a elevação de Joseph Ratzinger ao papado e a sua maior disposição ao diálogo com os ‘lefebvristas’, a contenda *tradicionalista* toma novos rumos.

Para se compreender preliminarmente o movimento chamado, em sua acepção geral, *tradicionalista*, não seria lícito deixar de abordar o seu desenvolvimento na Itália, dado o peso “romano” nas diretrizes da Igreja católica e na própria preparação do Concílio Vaticano II (1962-1965). Assim sendo, a obra da historiadora Nicla Buonasorte *Tra Roma e Lefebvre: il tradizionalismo cattolico italiano e il Concilio Vaticano II*, fruto de sua pesquisa de doutorado em História Social e Religiosa, na Universidade Católica do Sagrado Coração de Milão, traz em seus três capítulos uma clarificadora abordagem histórica do papel desempenhado pelos prelados *tradicionalistas* italianos no desenrolar do Vaticano II, sem deixar de expandir seu círculo de análise para outros atores conciliares.

Além do título da obra, a foto que o acompanha e que traz João XXIII e Marcel Lefebvre lado a lado, já nos deixam entrever a tese de fundo de Buonasorte: os bispos italianos que participaram junto de Lefebvre na luta conciliar contra as “novas e modernizantes tendências”, no pós-concílio se vêem entre o dilema da radicalização lefebvrina contra as determinações do Concílio e a sua aceitação completa e obediente.

Os debates das quatro sessões do evento conciliar foram caracterizados pelo confronto entre aqueles que desejavam uma Igreja dialogante com a modernidade (maioria), assumindo assim alguns de

seus pressupostos, e aqueles que viam no mundo moderno apenas a perdição e a urgência de a Igreja se colocar contra os seus erros (minoria). Buonasorte, assim sendo, faz em sua obra a análise do aguerrido grupo minoritário do Vaticano II, o *Coetus Internationalis Patrum*, concentrando sua atenção especialmente na atuação dos prelados italianos no grupo. Alguns poderiam perguntar qual interesse um tema como esse poderia despertar entre os estudiosos brasileiros da Igreja romana. A diligência vem do fato de que, tratando da minoria conservadora italiana no Concílio, Buonasorte nos oferece uma mapeografia das sensibilidades e características de um grupo que também congregou dois bispos brasileiros os quais, além de desempenharem papel de destaque na política eclesial brasileira, participaram vivamente dos trabalhos do Concílio, juntamente com os tradicionalistas italianos e o arcebispo de Dakar monsenhor Marcel Lefebvre: D. Antônio de Castro Mayer (bispo de Campos-RJ) e D. Geraldo de Proença Sigaud (arcebispo de Diamantina-MG).

Para introduzir o assunto, Buonasorte nos leva, resumidamente, até ao pensamento de autores dos séculos XVIII e XIX, como Edmund Burke com suas *Reflections on the Revolution in France*, Joseph de Maistre e seu *Du Pape*, além de Louise-Ambroise de Bonald e José Donoso Cortés. A historiadora faz o caminho de volta a esses pensadores, porque é nas suas reflexões que está a gênese do pensamento tradicionalista e conservador e que irá marcar a atuação dos padres do *Coetus*. Buonasorte também aborda, no primeiro capítulo, o estado da questão, oferecendo pistas bibliográficas importantes para o estudo de tema ainda tão pouco explorado, como obras de D. Menozzi, G. Tassani, D. Castellano, Y. Congar, É. Poulat, L. Perrin, I. Baumer e K. Kienzler.

Na segunda parte de sua pesquisa, a historiadora se concentra na apreensão do hùmus e da movimentação dos padres tradicionalistas na aula conciliar, trazendo a lume, a partir de diários pessoais e das *Acta Synodalia*, a biografia e a atuação de cada um deles. Giuseppe Siri, arcebispo de Gênova, Ernesto Ruffini, arcebispo de Palermo, Luigi Carli, bispo de Segni, os cardeais Dino Staffa, Pietro Parente, Enrico Dante, e o temido prefeito da Sagrada Congregação do Santo Ofício, cardeal Alfredo Ottaviani, são os personagens que, com forte atuação no Concílio, na perspectiva de barrar qualquer novidade que pudesse colocar em xeque a identidade católica, Buonasorte analisa em seu livro.

Alguns desses nomes, além de Ottaviani, estavam ligados diretamente aos dicastérios curiais, imprimindo sua força, devido à nomeação do próprio João XXIII, nos esquemas preparatórios do Concílio. No desenrolar do evento, a Cúria foi o local onde os padres ‘antimodernos’ se entrincheiraram pela defesa da Tradição. Dessa forma, a Cúria se transformava no grande “baluarte” da defesa da *Tradição* frente àqueles que auspiciavam novas formas de “ser Igreja”.

Através do estudo das respostas dos padres italianos à “consulta Tardini” e das intervenções desses padres nos debates, Buonasorte pôde verificar os seus temas mais caros: a liturgia e a piedade codificada pela Tradição (com o acento especial na defesa do latim como língua da Igreja), a transmissão imutável da Revelação, a inerrância da Escritura, a estrutura hierárquica da Igreja, o dever do Estado de assumir como sua a doutrina social da Igreja, o primado do catolicismo sobre as outras religiões e a moral cristã. Tendo claras as premissas irrecorríveis dos padres do *Coetus*, a autora passa a analisar então a sua atuação nos debates das diversas Congregações Gerais.

Segundo a autora, o grupo se concentrava especialmente nos aspectos jurídicos e processuais do desenvolvimento dos debates. Assim, buscavam influenciar as decisões com desenvolvimento de petições e recolhimento de assinaturas para a inserção nos debates de temas sensíveis a suas preocupações. Podem citar-se entre elas duas listas que circularam entre os padres, e que tiveram como organizador principal D. Geraldo de Proença Sigaud: a que pedia a condenação pelo Concílio do comunismo e a referente à consagração do mundo a Nossa Senhora. Além dessa frente de batalha, que girava em torno de conversas, discussões fora do ambiente dos trabalhos oficiais e busca de influência em círculos maiores, o principal objetivo era a contenção das novas tendências.

No terceiro capítulo Buonasorte se concentra no período pós-conciliar, tratando do contexto histórico das décadas posteriores ao evento, a refutação do Concílio por Mons. Lefebvre e seus seguidores, as divisões no interior do movimento tradicionalista e as posições da Santa Sé referentes ao fenômeno. O pós-concílio foi marcado pela difícil tarefa de interpretar as soluções conciliares e aplicá-las na vida da Igreja local. Segundo Buonasorte, três percursos de contestação do Concílio podem ser delineados. O primeiro é aquele de “aceitação obediente”, da recepção mínima e desentusiasmada; o segundo, mais radical, foi aquele que passou de progressivo afastamento das decisões

do Concílio até à sua negação total e o cisma; o terceiro compreendia diversas correntes ultraconservadoras, que mantinham a sua ligação formal com a Igreja de Roma, mas pretendendo representar a “genuína Tradição”.

Trabalho importante, já que ainda são raros estudos sobre o chamado “tradicionalismo católico”. Buonasorte consegue abordar, de forma fria, tema tão complexo e marcado por paixões e inúmeras incompreensões.

*Antonio Carlos de Alcântara*

**TROUILLARD, Jean.** *La purification plotinienne.* Paris: Press Universitaires de France, 1955. 245p.

O leitor, ao deparar-se com a filosofia de Plotino, observa, com grande precisão, o carácter religioso do sistema. Trouillard, à p. 109, afirma que essa filosofia não se restringe ao fazer ciência, mas é também uma procura pelo problema religioso por excelência: a sabedoria e a busca de salvação. Entre essas idéias religiosas está a consciência ou memória de vidas passadas, das quais é preciso purificar-se, por meio da ascese ou virtude individual, para alcançar o ponto mais elevado da catarse, que vem a ser a unificação com o Princípio Absoluto. Nesse sentido, Plotino admite a idéia da reencarnação como progresso espiritual, por meio do esforço humano. Fazendo menção a Santo Agostinho, Trouillard, à p. 40, reconhece que, na autobiografia, conhecida por *Confissões*, queria se justificar ou se acusar, ou dar um sentido à sua vida anterior em função de sua orientação atual de convertido. Um leitor desavisado poderia emitir um juízo falso, ao associar a idéia de reencarnação à figura de Santo Agostinho, pois tal concepção é estranha ao pensamento do hiponense, mas não em relação a Plotino.

Outro aspecto relevante diz respeito à leitura que Trouillard faz de Plotino. Segundo este, é preferível que a filosofia renuncie ao exercício de fazer política, pois o intelectual deve imitar o mais possível o inteligível. Trouillard, ao falar do desprezo por política, parece ter

esquecido que Plotino tinha essa preocupação, pois uma leitura atenta das *Enéadas* (cf. *En* I, 5, 10; V, 8, 11; VI, 9, 7), permite destacar que Plotino tinha um convívio com as altas personalidades políticas romanas, tinha o ideal de fundar Platonópolis, sem deixar a sociedade livre para determinar o seu rumo, sem a luz da verdade. A partir do êxtase, o homem seria capaz de orientar eticamente a humanidade, por meio de uma renovação político-religiosa, com um crescente compromisso social, sem cair num quietismo inoperante.

Assim entendida, a contemplação e a ação política não são incompatíveis. Mas não é o que pensa Trouillard, pois, à p. 66, se lê que “o contemplativo é conduzido por uma espécie de impassibilidade, mais divina do que humana, não totalmente perfeita, nem definitiva, pois ainda é necessário atender às suas necessidades corporais”.

Essas duas leituras possíveis acerca da filosofia religiosa de Plotino nos remetem a um problema moderno, já elencado por Lima Vaz, em sua obra *Experiência mística e filosofia na tradição ocidental*. Segundo este autor, a mística teria perdido o seu sentido originário, ao se imanentizar na história, isto é, ao assumir a política, tendo originado muitos totalitarismos. Sem radicalizar essa posição, o confronto entre as duas leituras, questiona-se o leitor se a fé religiosa deve preocupar-se ou não com a política. Essa questão traz à tona o debate entre conservadores e progressistas, que não é o enfoque de Trouillard em sua obra, mas que suscita um velho tema sempre atual para a filosofia da religião.

“O homem estranho à filosofia se assusta, quando se atacam os sistemas, as normas, os princípios, os valores sobre os quais o costume se apóia. Imagina-se que se arruína toda certeza, toda ordem interior e social. A filosofia assegura, ao contrário, que se ponham em dúvida os fundamentos nos quais nos apoiamos. Justamente porque ela é negadora, a dúvida manifesta a positividade escondida do espírito. Quando se tem dúvida uma vez, é muito tarde para refutar essa luz que se faz ver entre nós. A filosofia é uma espiritualidade, uma purificação, um exercício da via negativa” (Trouillard, p. 91). A um bom entendedor da filosofia, bastam estas palavras com que Trouillard nos faz ver os princípios sobre os quais nos firmamos, enfim como lemos Plotino.

*Antonio Carlos de Alcântara*